JUNTA DE FREGUESIA DE QUEIJAS

Aviso n.º 3049/2005 (2.ª série) — AP. — Nos termos do disposto do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que foi afixada, para consulta, a lista de antiguidade dos funcionários do quadro do pessoal desta Junta de Freguesia, reportada a 31 de Dezembro de 2004.

Da organização da referida lista cabe reclamação no prazo de 30 dias, a contar da presente publicação, de harmonia com o artigo 96.º do mencionado diploma.

23 de Março de 2005. — O Presidente da Junta, *José António Vilhena Milhano*.

JUNTA DE FREGUESIA DE REGUENGO GRANDE

Aviso n.º 3050/2005 (2.ª série) — AP. — Torna-se público que a Assembleia de Freguesia de Reguengo Grande aprovou, na sua sessão de 27 de Setembro de 2004, a nova tabela de taxas de registo e licenciamento de cães e gatos, para vigorar nesta freguesia a partir do dia 1 do mês seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*, 2.ª série:

Categorias de cães e gatos — taxas

- a) A — Cão de companhia — 2 euros.
 - b) B — Cão com fins económicos — 2 euros.
 - c) C — Cão para fins militares, policiais e de segurança pública — isento.
 - d) D — Cão para investigação científica — isento.
 - e) E — Cão de caça — 3,50 euros.
 - f) F — Cão-guia — isento.
 - g) G — Cão potencialmente perigoso — 10 euros.
 - h) H — Cão perigoso — 10 euros.
 - i) I — Gato — 2 euros.
- Taxa de registo — 2 euros.
A estes valores acresce 20 % de imposto de selo.
Quanto às taxas não actualizadas, mantêm-se em vigor a tabela anterior.

16 de Fevereiro de 2005. — O Presidente da Junta, *Domingos Jerónimo Martins Carneiro*.

JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARGARIDA DA SERRA

Aviso n.º 3051/2005 (2.ª série) — AP. — Filipe dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Serra:

Torna público que a Junta de Freguesia, na sua reunião de 15 de Março de 2005, deliberou aprovar, por unanimidade, o presente projecto de Regulamento de Venda de Terrenos em Regime de Propriedade Plena, que abaixo se transcreve, deliberando, ainda, para os efeitos consignados no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, fazê-lo publicar no *Diário da República*, para apreciação pública.

Os interessados devem dirigir, por escrito, as sugestões que julguem oportunas, a esta Junta de Freguesia, com sede no Largo de João de Deus, CCI 3029, 7570-777 Santa Margarida da Serra, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente projecto de Regulamento.

23 de Março de 2005. — O Presidente da Junta, *Filipe dos Santos*.

Projecto de Regulamento de Venda de Terrenos em Regime de Propriedade Plena**Nota justificativa**

A necessidade de oferta de terreno infra-estruturado na freguesia e a procura deste para primeira habitação, com prioridade para os agregados mais desfavorecidos da população, levou a que a freguesia adquirisse e infra-estruturasse uma parcela de terreno, para alienação, em regime de propriedade plena, a quem pretenda construir na localidade, edificação para primeira habitação, a baixo preço e como estímulo à fixação da população.

Sendo competência da Assembleia de Freguesia estabelecer as normas gerais de administração do património da freguesia, surge assim o presente Regulamento com os seguintes objectivos:

- Permitir que a população com menos recursos financeiros possa construir a sua habitação;
- Incentivo à fixação da população jovem;
- Contribuir para o desenvolvimento da freguesia.

Assim, é elaborado o presente Regulamento, nos termos dos artigos 112.º, n.º 8, e 241.º da Constituição da República Portuguesa, e artigos 17.º, alínea j), e 34.º, n.º 5, alínea b), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O presente projecto de Regulamento, após aprovação pela Junta de Freguesia, vai ser submetido à discussão pública, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, após o que será submetido à aprovação da Assembleia de Freguesia publicado no *Diário da República*.

CAPÍTULO I**Disposições gerais****Artigo 1.º****Âmbito**

O presente Regulamento visa disciplinar a alienação em propriedade plena, de lotes de terreno do domínio privado da freguesia de Santa Margarida da Serra, destinados a construção de edifícios para habitação.

Artigo 2.º**Modalidade de alienação**

A alienação dos lotes far-se-á por adjudicação directa e através de hasta pública de acordo com as regras a definir no presente Regulamento.

Artigo 3.º**Finalidade**

Os lotes destinam-se a construção de edifícios para primeira habitação e segunda habitação.

Artigo 4.º**Objecto da alienação**

1 — Os lotes são alienados com as infra-estruturas concluídas, no todo ou em parte, assumindo então a Junta de Freguesia a responsabilidade por providenciar a execução, em tempo útil, das obras em falta.

2 — As construções estão sujeitas a projecto-tipo a fornecer pela Junta de Freguesia, a qual poderá fornecer, no todo ou em parte, projectos de arquitectura e de engenharia ou meros esboços ou especificações, todos de carácter obrigatório.

Artigo 5.º**Notificações**

As notificações a que se refere o presente Regulamento serão efectuadas mediante ofício enviado sob registo e com aviso de recepção.

CAPÍTULO II**Primeira habitação****SECÇÃO I****Condições de alienação****Artigo 6.º****Residentes permanentes**

1 — Para efeito deste Regulamento consideram-se residentes permanentes os actuais habitantes da freguesia de Santa Margarida da Serra, há mais de seis meses.